



1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

1.2 Grupamento de ações

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que é a de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras para operação ocorreu em 2 dezembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2017, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto e 47,40% de seu capital total. Em 3 de dezembro de 2013, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 30 de setembro de 2017:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	5.613.570	57,61%	União Federal	113	0,01%	União Federal	5.613.683	47,40%
FINEP	3.231.600	33,17%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	27,28%
Outros	898.801	9,22%	Outros	2.100.186	99,99%	Outros	2.998.987	25,32%
Total	9.743.971	100,00%	Total	2.100.299	100,00%	Total	11.844.270	100,00%

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de: (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

A Companhia também realiza outros projetos especiais, dentre eles: o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC), que teve seu lançamento realizado em 4 de maio de 2017 e já se encontra em seu posicionamento orbital final e com realização de testes e configurações finais e alinhamento de seus sistemas para a entrada em operação; e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.



1.3 Incorporação da TELEBRAS COPA S.A

Em 1 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A Incorporação ocorreu após a finalização dos eventos para os quais a Telebras Copa S.A foi criada, ou seja, prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações.

O acervo líquido incorporado ao patrimônio da Telebras conforme laudo de avaliação em 30 de setembro de 2016 é apresentado a seguir:

Ativo	
Circulante	29.361
Contas a Receber de Clientes	22.437
Tributos a Recuperar	1.320
Outros Ativos Realizáveis	5.604
Total	29.361
Passivo	
Circulante	19
Tributos a Recolher	19
Não Circulante	573
Outras Obrigações	573
Total do Passivo Exigível	592
Acervo Líquido	28.769

O saldo do investimento na controlada Telebras Copa S.A foi eliminado no processo de incorporação.

1.4 Contrato com a DATAPREV e Ministério do Trabalho

1.4.1 Contrato com a DATAPREV

Em 14 de março de 2017, a DATAPREV assinou contrato com a TELEBRAS para fornecimento de toda a rede de previdência, incluído agências, gerência e superintendências regionais e entidade parceiras. Ao todo a rede da DATAPREV é formada por mais de 1.700 circuitos ativos de comunicação de dados em todo o Brasil, conectados aos data centers da DATAPREV.

A TELEBRAS prestará serviços de comunicação para rede de dados, por um período de 60 (sessenta) meses, objetivando a interligação de endereços de interesse da DATAPREV situados em todo território nacional, com fornecimento de equipamentos de roteamento, ao preço total estimado de R\$ 292.815.



1.4.2 Contrato com Ministério do Trabalho

Em 23 de março de 2017, o Ministério do Trabalho contratou a TELEBRAS para prestação de serviços de telecomunicações com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do Ministério do Trabalho em todo o território nacional. O contrato tem prazo de 12 (doze) meses com possibilidade de prorrogação e o preço total contratado foi de R\$ 62.813.

1.5 Lançamento e Controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R\$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Nos primeiros dias após o lançamento, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas passou por testes e configurações finais e alinhamento de seus sistemas para a entrada em operação. Em 11 de junho de 2017, o satélite atingiu seu posicionamento orbital definitivo – a 36 mil quilômetros de distância em relação à superfície da Terra.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

No momento a Telebras está realizando a implantação da rede terrestre de acesso em banda Ka para iniciar, até o final de 2017, a prestação dos serviços banda larga via satélite.

1.6 Aumento de Capital

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, passando o capital social de R\$ 263.145 para R\$ 1.594.667. Com o aumento de capital serão emitidas 37.761.220 novas ações, sendo, 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais e dando aos portadores destas classes de ações na data de 29 de setembro de 2017 os seguintes direitos de preferência: os acionistas detentores de ações ordinárias (ON) terão o direito de subscrever 303,0469579425% das ações ordinárias e 15,7672847107% das ações preferenciais; e os acionistas que detêm ações preferenciais (PN), terão o direito de subscrever 318,8142452004% das ações preferenciais.

O período para que estes acionistas exerçam o direito de preferência é de 2 de outubro de 2017 a 6 de novembro de 2017.

Os recursos para o aumento de capital são oriundos dos aportes de capital realizados pelo acionista controlador “União”, e foram aprovados através do Decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016. A composição do valor do aumento de capital no valor de R\$ 1.331.522 é composta por recursos aportados entre os exercícios de 2011 e 2015, que corresponde ao valor de R\$ 846.527; saldo residual de aportes anteriores, na ordem de R\$ 7.757; e a atualização monetária destes montantes até o dia 31 de julho de 2017 no montante de R\$ 477.038.



Esses recursos objeto da capitalização foram aplicados na implementação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL e do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC, com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, promovendo cada vez mais, a inclusão social e econômica através do acesso à internet no país.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1), que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, arquivadas em 10 de março de 2017 na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

Com a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras em 1 de junho de 2017 pelo Conselho de Administração, a Companhia deixa de apresentar, a partir desta data as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 7 de novembro de 2017.

2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 30 de setembro de 2017, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e coligadas.



3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1. Fatores de risco

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1. Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

3.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.



3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	62.466	62.466	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	251.452	3.447	65.868	91.068	91.069
Acordo Judicial FUNCEF	59.739	-	8.135	12.305	39.299
Acordo Judicial PREVI	139.267	7.341	20.632	30.948	80.346
Total	512.924	73.254	94.635	134.321	210.714

3.1.4. Risco de mercado

3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo, com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, à pessoal, à tecnologia e à infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a fim de atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além do PNBL, a Telebras vem trabalhando fortemente nos preparativos para

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que teve seu lançamento em 4 de maio de 2017 e que já se encontra em seu posicionamento orbital final e sobre o controle total da Telebras. Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à TELEBRAS o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Acordos Judiciais, pois quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, o INPC será de 4,16% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados - 30/09/2018		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			4,16%	5,20%	6,24%
Credores por Acordos Judiciais					
PREVI	INPC	139.267	145.061	146.509	147.957
FUNCEF	INPC	59.739	62.224	62.845	63.467
Passivo Exposto		199.006	207.285	209.354	211.424
Efeito da Variação do INPC			8.279	10.348	12.418

3.3. Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 10), Dividendos a receber (Nota Explicativa 9), Fornecedores (Nota Explicativa 17), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22) e Credores por Acordo Judiciais (Nota Explicativa 20), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.



3.3.1. Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros disponíveis para venda; e ativos financeiros mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

3.3.2. Instrumentos financeiros ativos

3.3.2.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras registradas em Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa 4).

3.3.2.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 4); Contas a Receber de clientes (Nota Explicativa 5); e Dividendos a Receber (Nota Explicativa 9).

3.3.2.3. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do Patrimônio Líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

A Companhia tem classificado nesta categoria as Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 10).

3.3.2.4. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.



Os ativos mantidos até o vencimento que se encontravam classificados nesta categoria até 30 de setembro de 2017 eram compostos por Aplicações Financeiras (Nota Explicativa 10), representativas de garantias por: acordo judicial realizado por decisão favorável ao reclamante, cujo objeto do litígio foi o pagamento de dividendos em desacordo com a legislação da época (Nota Explicativa 20) e pela captação de recursos junto a FINEP (Nota Explicativa 22).

3.3.2.5. Instrumentos financeiros passivos

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota Explicativa 17), Empréstimos e Financiamentos (Nota Explicativa 22) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 20).

3.3.3. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.4.1. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo, e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver



essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2017		31/12/2016	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	219.389	219.389	281.909	281.909
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	296	296	826	826
Contas a Receber	Custo Amortizado		46.409	46.409	21.720	21.720
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		54.768	54.768	51.208	51.208
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	2.026	2.026	1.631	1.631
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2017		31/12/2016	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Fornecedores	Custo Amortizado		62.466	62.466	40.119	40.119
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		251.452	251.452	249.514	249.514
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		334.555	334.555	336.404	336.404

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e Banco Conta Movimento	296	826
Aplicações Financeiras	219.389	281.909
Total	219.685	282.735

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração médias dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 12,58%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/09/2017	31/12/2016
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	-
Serviço de Comunicação e Multimídia	25.675	22.711
Total a Receber Bruto	48.112	22.711
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.703)	(991)
Total a Receber Líquido	46.409	21.720

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras.

5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
A vencer	4.547	5.743
Não Faturado	1.687	2.082
Vencidos	41.878	14.886
Até 30 dias	5.202	7.128
31 a 60 dias	2.168	2.757
61 a 90 dias	1.347	1.353
91 a 120 dias	1.246	296
121 a 150 dias	1.174	402
151 a 180 dias	1.077	169

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2017	31/12/2016
Acima de 180 dias (i)	29.664	2.781
Contas a Receber - Bruto	48.112	22.711
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.703)	(991)
Contas a Receber - Líquido	46.409	21.720

(i) O crescimento dos débitos vencidos a mais de 180 dias é explicado pelo valor de R\$ 22.437, que foi incorporado aos ativos da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa S.A.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidos a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R\$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R\$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Vencimentos:	30/09/2017
Faixa de 150 dias (i)	448
Faixa de 330 dias (ii)	1.255
Total	1.703

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1.703 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa nos nove meses findo em 30 de setembro de 2017 é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(743)
Adições	(725)
Reversão de Provisão	477
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(991)
Adições	(868)
Reversão de Provisão	156
Saldo em 30 de setembro de 2017	(1.703)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar (i)	159.839	146.115
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	7.805	6.776
PIS	4.522	9.129
COFINS	20.791	10.564
FUST	19	19
FUNTELL	24	24

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2017	31/12/2016
INSS	13	13
Tributos Federais:	215.556	195.183
ICMS a Recuperar	68.068	56.952
Tributos Estaduais:	68.068	56.952
Total	283.624	252.135
Circulante	95.679	75.074
Não Circulante	187.945	177.061

i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

Parte destes créditos inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016), que faz parte do acordo firmado entre a Telebras e a VTUM e constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Estes créditos encontram-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 (Nota Explicativa 20.3.1). Estes créditos estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras.

6.1. Movimento do período

Tributo/Natureza	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ocorrências no Período								Saldo em 30 de setembro de 2017
		Adições	Retenções	Transferências	Incorporação Telebras Copa	Pagamentos Antecipados	Compensações de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	
Pagamento a maior ou Indevido	101.225	-	-	1.928	-	-	(4.293)	-	9	98.869
Retenções de Órgãos Públicos	28.484	-	2.707	(28.484)	-	-	-	-	-	2.707
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.388	-	6.041	(15.553)	1.320	-	-	-	-	8.196
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.562	-	5	(19)	-	-	-	-	-	22.548
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	-	-	-	42.127	-	-	-	-	7.936	50.063
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	168.658	-	8.753	(1)	1.320	-	(4.293)	-	7.945	182.382
Pagamento a maior ou Indevido	1.106	-	-	(779)	-	-	-	-	-	327
Retenções de Órgãos Públicos	5.669	-	564	(5.669)	-	-	-	-	-	564
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	-	-	-	6.449	-	-	-	-	465	6.914
Base Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	48.797	-	-	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	6.775	-	564	1	-	-	-	-	465	7.805
Retenções de Órgãos Públicos	9.036	-	486	(5.638)	-	-	(103)	-	740	4.521
Outras - Operações	93	-	-	(93)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - PIS	9.129	-	486	(5.731)	-	-	(103)	-	740	4.521
Retenções de Órgãos Públicos	10.135	-	2.214	5.516	-	-	(477)	-	3.403	20.791
Outras - Operações	429	-	-	(429)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - COFINS	10.564	-	2.214	5.087	-	-	(477)	-	3.403	20.791
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Subtotal - FUST	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Subtotal - FUNTEL	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Pagamento a maior ou Indevido	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Subtotal - INSS	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Pagamento a maior ou Indevido	208	-	-	-	-	-	-	46	-	254
Pagamento Antecipado	2	-	-	-	-	144	(81)	-	-	65
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	-	909	-	-	-	-	(786)	-	-	123
Sobre Aquisições do Imobilizado	56.674	10.885	-	-	-	-	-	-	-	67.559

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributo/Natureza	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ocorrências no Período								Saldo em 30 de setembro de 2017
		Adições	Retenções	Transferências	Incorporação Telebras Copa	Pagamentos Antecipados	Compensações de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	
Outras - Operações	68	-	-	-	-	-	-	-	-	68
Subtotal - ICMS	56.952	11.794	-	-	-	144	(867)	46	-	68.069
TOTAL	252.134	11.794	12.017	(644)	1.320	144	(5.740)	46	12.553	283.624

6.2. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	30/09/2017		30/09/2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(140.015)	(140.015)	(221.161)	(221.161)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(23.163)	(23.163)	(68.330)	(68.330)
Adições permanentes	3.609	3.609	6.847	6.847
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.048	1.048	5.921	5.921
Outras Adições	2.561	2.561	926	926
Exclusões permanentes	(26.772)	(26.772)	(75.177)	(75.177)
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	(26.332)	(26.332)	-	-
Rever. de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(75.177)	(75.177)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(34)	(34)	-	-
Outras Exclusões	(406)	(406)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias:	4.702	4.702	8.652	8.652
Adições temporárias:	5.447	5.447	13.336	13.336
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3.826	3.826	10.467	10.467
Provisão PISP	-	-	2.238	2.238
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	869	869	631	631
Provisão - Eletronorte	752	752	-	-
Exclusões temporárias:	(745)	(745)	(4.684)	(4.684)
Reversão de Provisão PISP	(283)	(283)	-	-
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(306)	(306)	(4.198)	(4.198)
Outras Exclusões	(156)	(156)	(486)	(486)
Base de Cálculo Negativa	(158.476)	(158.476)	(280.839)	(280.839)

6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 30 de setembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	52.510	51.630	18.422	18.105
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	426	248	153	22
Provisão PISP	22.927	22.998	7.864	7.890
Prejuízo fiscal/base negativa	205.194	205.194	73.870	73.870
Total	281.057	280.070	100.309	99.887

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IRPJ) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base (CSLL).

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	30/09/2017			31/12/2016		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	3.679	31.950	35.629	3.553	30.450	34.003
Trabalhista	2.585	321	2.906	2.172	287	2.459
Tributária	37	1.353	1.390	35	1.288	1.323
Total	6.301	33.624	39.925	5.760	32.025	37.785
Circulante	4.057	4.254	8.311	3.847	4.162	8.009
Não Circulante	2.244	29.370	31.614	1.913	27.863	29.776

7.1. Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.760
Adições	129
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	97
Atualização Monetária	315
Saldo em 30 de setembro de 2017	6.301
Circulante	4.057
Não Circulante	2.244

7.2. Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.025
Adições	108
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	(97)
Baixas – Despesas com Perdas Judiciais	(39)
Atualização Monetária	1.627
Saldo em 30 de setembro de 2017	33.624
Circulante	4.254
Não Circulante	29.370

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS**8.1. Valores a receber de colaboradores cedidos**

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2017	31/12/2016
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	24.913	24.807
Órgãos Governamentais	4.651	3.302
Total	29.564	28.109
Circulante	12.786	11.634
Não Circulante	16.778	16.475

Os valores a receber de Colaboradores cedidos referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários. Também está inclusa, a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP dos Colaboradores cedidos à ANATEL no valor de R\$ 16.778 (R\$ 16.474 em 31 dezembro de 2016).

Em dezembro de 2016, a Companhia reconheceu perdas no montante de R\$ 3.163 referente a provisões constituídas em anos anteriores e no ano corrente de Provisão para o Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP dos Colaboradores cedidos à Outros Órgãos do Governo Federal. A baixa foi realizada com base em parecer emitido pelo departamento jurídico da Companhia, o qual declarava não haver base legal que sustentasse o reconhecimento e posterior recebimento dos valores provisionados.

8.2. Outros valores realizáveis

	30/09/2017	31/12/2016
Cauções e Retenções (i)	6.649	653
Créditos com Fornecedores	2.105	3.057
Adiantamento a Empregados	2.511	511
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	278	3.467
Total	11.543	7.688
Circulante	11.265	7.096
Não Circulante	278	592

(i) inclui parcela incorporada da Telebras Copa S.A no valor de R\$ 5.604 referente aos serviços prestados conforme contrato nº 10/2013-MC. (Nota Explicativa 5)

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em setembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 5.456 em dezembro de 2016).

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/09/2017	31/12/2016
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	28.899	27.092
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	25.869	24.116
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	2.026	1.631
Total	56.794	52.839
Circulante	2.026	1.631
Não Circulante	54.768	51.208

(i) A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da



operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 21).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia – Finam e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R\$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R\$ 65.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R\$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. (“CABOS BRASIL” ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

No primeiro semestre de 2017, a Companhia realizou aportes para futuro aumento de capital no valor de R\$ 517.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No terceiro trimestre de 2017, a coligada realizou aumento de capital social no montante de R\$ 1.280, com a emissão de 1.280.000 novas ações. Assim, o capital social passou de R\$ 10.260 para R\$ 11.540. Do total capitalizado, coube à Telebras a subscrição e integralização de R\$ 448 (448.000 ações), cujo valor foi repassado a coligada no primeiro semestre de 2017 e corresponde ao percentual de participação no capital social da coligada de 35%.

Após o aumento de capital a coligada passou a ter a seguinte composição acionária:

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	Eulalink S.L.U	Telebras	Eulalink S.L.U	Telebras
Ações Ordinárias	7.501.000	4.039.000	7.501	4.039

11.2. Incorporação da Telebras Copa S.A

Em 1 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R\$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. (Nota Explicativa 1.3)

11.3. Composição dos investimentos

	30/09/2017	31/12/2016
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	73.028	77.145

11.4. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						30/09/2017	31/12/2016
Visiona Tecnologia Espacial S.A	65.000	148.498	49,00	49,00	31.850.000	72.764	47.623
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1	-	28.769
Cabos Brasil Europa S.A	11.540	754	35,00	35,00	1.225.000	264	753
Total						73.028	77.145

11.5. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	30/09/2017			31/12/2016		Receita Líquida em 30/09/2016
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	183.102	34.604	22.613	127.998	30.808	53.991
Telebras Copa S.A	-	-	-	29.361	592	-
Cabos Brasil Europa S.A	894	140	-	2.355	204	-

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.6. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Período de três meses findos em:			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Visiona Tecnologia Espacial S.A	3.293	1.614	(5.548)	(2.718)
Cabos Brasil Europa S.A	(761)	(266)	(858)	(301)
Total		1.348		(3.019)

Investidas	Período de nove meses findos em:			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	(Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Visiona Tecnologia Espacial S.A	53.738	26.332	(8.821)	(4.322)
Telebras Copa S.A	-	-	(475)	(475)
Cabos Brasil Europa S.A	(2.633)	(937)	(2.961)	(1.124)
Total		25.395		(5.921)

11.7. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.623	28.769	753	77.145
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	26.332		(937)	25.395
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(1.191)			(1.191)
Aumento de Capital Social			448	448
Incorporação Telebras Copa S.A		(28.769)		(28.769)
Saldo em 30 de setembro de 2017	72.764		264	73.028

11.8. Informações contábeis das controladas e coligadas**11.8.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A**

Balanco Patrimonial	30/09/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	29.510	36.831
Não Circulante	153.592	91.167
Realizável a Longo Prazo	24.158	28.076
Investimento	125.525	58.781
Imobilizado	3.433	3.916
Intangível	476	394
Total	183.102	127.998
Passivo		
Circulante	26.117	30.808
Não Circulante	8.487	
Patrimônio Líquido	148.498	97.190
Total	183.102	127.998

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Período	30/09/2017	30/09/2016
Receita Líquida	22.613	53.991
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(17.502)	(53.508)
Lucro Bruto	5.111	483
Receitas/(Despesas) Operacionais	(16.245)	(17.215)
Equivalência Patrimonial	69.174	6.819
Resultado antes do Resultado Financeiro	58.040	(9.913)
Resultado Financeiro	1.042	(5.710)
Resultado antes dos Tributos	59.082	(15.623)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.344)	6.802
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período	53.738	(8.821)

11.8.2. Telebras Copa S.A

Balanco Patrimonial	31/12/2016
Ativo	
Circulante	29.361
Total	29.361
Passivo	
Não Circulante	592
Patrimônio Líquido	28.769
Total	29.361

Demonstração do Resultado do Período	30/09/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(593)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(593)
Resultado Financeiro	168
Resultado antes dos Tributos	(425)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	(475)

11.8.3. Cabos Brasil Europa S.A

Balanco Patrimonial	30/09/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	191	1.595
Não Circulante	703	760
Investimento	648	691
Imobilizado	55	69
Total	894	2.355
Passivo		
Circulante	140	204
Patrimônio Líquido	754	2.151
Total	894	2.355

Demonstração do Resultado do Período	30/09/2017	30/09/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.656)	(2.176)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(2.656)	(2.176)
Resultado Financeiro	23	73
Resultado antes dos Tributos	(2.633)	(2.103)
Prejuízo do Período	(2.633)	(2.103)



12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 30 de setembro de 2017 era de R\$ 2.543.482 (R\$ 2.275.655 em 31 de dezembro de 2016).

Até o trimestre findo em 30 de setembro 2017, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 138.018 (R\$ 117.226 até o trimestre findo em 30 de setembro 2016) líquido dos rendimentos de aplicações financeiras vinculados a estes recursos capitalizados no montante de R\$ 22.854 (R\$ 16.344 em 30 de setembro de 2016).

12.1. Revisão da vida útil econômica e conciliação dos ativos

Em dezembro de 2016, a Companhia realizou a revisão de vida útil econômica e a conciliação dos ativos. O trabalho de revisão da vida útil econômica visou a adequação das taxas de depreciação e amortização a uma estimativa mais apropriada da expectativa de vida útil dos bens da Telebras. A revisão foi realizada pelos engenheiros da Companhia e foi suportada pelos conhecimentos e experiências dos profissionais, consultas junto aos fornecedores dos equipamentos e pesquisa em empresas do mesmo segmento. Ao final dos trabalhos foi emitida nota técnica de nº 001.3000-2016.

Como resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, a depreciação e amortização foi reduzida em R\$ 15.245 no exercício de 2016 (R\$ 49.311 em 2016 – R\$ 64.556 em 2015).

A conciliação das classes de ativos foi realizada para regularizar inconsistências encontradas na alocação dos ativos nas respectivas classes de ativos. O trabalho de conciliação foi realizado pelos engenheiros da Companhia.

Os ativos que sofreram alteração de vida útil econômica estão apresentados no quadro a seguir:

Descrição da planta	Vida útil anterior	Vida útil revisada	Técnica
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento Comum Dados Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Terminal Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento e Meios de Transporte Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento de Meios de Transporte Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Bastidor	5	10	Infraestrutura
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Container	5	10	Infraestrutura

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2. Movimentação do imobilizado no período

	Imobilizado								Total
	Bens e Instalações em Serviço							Imobilizado em Andamento	
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Data Center	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos		
Custo de Aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.949	3.589	77.238	-	7.342	303.745	1.850	1.990.765	2.449.478
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	175.377	175.377
Transferências Internas no Imobilizado	200	731	3.059	3.118	4.218	8.827	-	(20.153)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(1.884)	(1.884)
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	138.017	138.017
Baixas	-	-	-	-	-	(219)	-	-	(219)
Saldo em 30 de setembro de 2017	65.149	4.320	80.297	3.118	11.560	312.353	1.850	2.282.122	2.760.769
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(30.878)	(2.043)	(20.616)	-	(5.509)	(113.401)	(1.376)	-	(173.823)
Depreciação e Amortização	(8.106)	(306)	(5.003)	(364)	(1.339)	(28.172)	(277)	-	(43.567)
Baixas	-	-	-	-	-	103	-	-	103
Saldo em 30 de setembro de 2017	(38.984)	(2.349)	(25.619)	(364)	(6.848)	(141.470)	(1.653)	-	(217.287)
Valor Contábil em 30 de setembro de 2017	26.165	1.971	54.678	2.754	4.712	170.883	197	2.282.122	2.543.482
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	34.071	1.546	56.622	-	1.833	190.344	474	1.990.765	2.275.655
Taxa Anual de Depreciação	16,6%	10,0%	De 5,0% a 20,0%	20,0%	20,0%	De 10,0% a 20,0%	20,0%		

Em 30 de setembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados como em garantias, penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 30 de setembro de 2017 era de R\$ 19.948 (R\$ 18.661 em 31 de dezembro de 2015).

	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.012	3.946	6.878	28.836
Aquisições	1.451	-	-	1.451
Transferências	1.884	-	-	1.884
Baixa	(234)	-	-	(234)
Saldo em 30 de setembro de 2017	21.113	3.946	6.878	31.937
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.175)	-	-	(10.175)
Amortização	(1.814)	-	-	(1.814)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(11.989)	-	-	(11.989)
Valor Contábil em 30 de setembro de 2017	9.124	3.946	6.878	19.948
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	7.837	3.946	6.878	18.661
Taxa de Amortização	20,0%			

Em 30 de setembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC),

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesse grupamento, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive, as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	30/09/2017	31/12/2016
Salários e Honorários a Pagar	12	1
Encargos Sociais a Pagar	13.850	9.155
Benefícios Sociais a Pagar	337	59
Mão-de-Obra Temporária	79	84
Total	14.278	9.299
Circulante	14.278	9.299

15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 47.552 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 47.938 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do PISP nos nove meses de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.786
Atualização da Provisão	4.893
Baixas por Pagamento no Período	(4.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.938
Atualização de Provisão	2.335
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(269)
Saldo em 30 de setembro de 2017	47.552

16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

O valor de R\$ 13.097 refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos beneficiários para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item “d” divulgado em 3 de dezembro de 2010).

17. FORNECEDORES

	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores de Operação	21.030	12.319
Fornecedores de Expansão	41.436	27.800
Total	62.466	40.119
Circulante	62.466	40.119

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. TRIBUTOS INDIRETOS

	30/09/2017	31/12/2016
COFINS	837	322
PIS	150	63
FUST	51	49
FUNTEL	25	25
Taxas Federais	1.903	1.903
Tributos Federais - Parcelamento	434	434
Tributos Federais	3.400	2.796
ICMS	4.995	4.648
Tributos Estaduais	4.995	4.648
ISS	25	22
Tributos Municipais	25	22
Total	8.420	7.466
Circulante	7.986	7.032
Não Circulante	434	434

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

19.1. Provisão para riscos prováveis**19.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais**

Natureza	30/09/2017			31/12/2016		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	36.755	3.679	33.076	33.760	3.553	30.207
Trabalhista	9.188	2.585	6.603	8.567	2.172	6.395
Tributária	1.005	37	968	980	35	945
Total	46.948	6.301	40.647	43.307	5.760	37.547
Circulante	19.194	4.057	15.137	17.763	3.848	13.915
Não Circulante	27.754	2.244	25.510	25.544	1.912	23.632

19.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza/Objeto das Ações	30/09/2017			31/12/2016
	Provisões	Depósitos	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.754	2.625	1.129	764
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	16.139	0	16.139	21.528
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	307	153	154	1.779
Outros Processos	16.555	901	15.654	6.136
Total	36.755	3.679	33.076	30.207
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	2.495	27	2.468	2.229
Readmissão de Pessoal	2.122	1.832	290	252
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	190	77	113	42
Responsabilidade Subsidiária	2.844	301	2.543	1.256
Outros Processos	1.537	348	1.189	2.616
Total	9.188	2.585	6.603	6.395
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.005	37	968	945
Total	1.005	37	968	945
TOTAL GERAL	46.948	6.301	40.647	37.547
Circulante	19.194	4.057	15.137	13.915
Não Circulante	27.754	2.244	25.510	23.632

19.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	43.307
Adições Líquidas	80
Baixas	(185)
Atualizações – Encargos Financeiros	3.746
Saldo em 30 de setembro de 2017	46.948
Circulante	19.194
Não Circulante	27.754

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

19.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 30 de setembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	30/09/2017	31/12/2016
Cível	37.163	34.999
Trabalhista	6.599	3.153
Tributária	25.320	23.552
Total	69.082	61.704

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	30/09/2017	31/12/2016
Cíveis		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.349	8.990
Ilegalidade na Venda de Ações	3.624	3.946
Execução Fiscal	20.349	19.839
Outros Processos	4.841	2.224
Total	37.163	34.999
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	546	663
Progressão Salarial	731	298
Outros Processos	5.322	2.192
Total	6.599	3.153
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.191	22.194
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	29	1.306
Diversas Origens	1.100	52
Total	25.320	23.552
Total Geral	69.082	61.704

20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 30 de setembro de 2017, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

	30/09/2017	31/12/2016
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	139.267	139.983
Acordo Judicial FUNCEF	59.739	60.872
Total	334.555	336.404
Circulante	19.508	12.205
Não Circulante	315.047	324.199

20.1. Movimentação do período

Saldo em 31 de dezembro de 2015	281.215
Adição – Acordo de Dívida FUNCEF	66.080
Juros e Variação Monetária	23.688
Amortização do Principal	(9.685)
Pagamento de Juros	(24.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	336.404
Juros e Variação Monetária	11.207
Pagamento de Principal	(2.655)
Pagamento de Juros	(10.401)
Saldo em 30 de setembro de 2017	334.555

**20.2. Cronograma de pagamento**

	PREVI	FUNCEF	Total
2017	7.341	-	7.341
2018	10.316	4.033	14.349
2019	10.316	4.102	14.418
2020	10.316	4.102	14.418
2021	10.316	4.102	14.418
2022 em diante	90.662	43.400	134.062
Total	139.267	59.739	199.006

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R\$ 135.549 está suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

20.3. Descrição resumida dos termos acordados**20.3.1. VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.**

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força



da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 30 de setembro de 2017, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial de Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

20.3.2. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

20.3.3. Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê, que em caso de atraso do sinal e das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2%

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS - AFAC

O saldo de R\$ 1.255.914 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 2.233.652 em 31 de dezembro de 2016), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, que representa o valor autorizado pelo decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016 e está atualizado até 31 de julho de 2017. Em 26 de setembro de 2017 este valor foi transferido para o patrimônio líquido por atender os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial.

Deste total, serão emitidas 37.761.220 novas ações, sendo, 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais (Nota Explicativa 1.6).

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 30 de setembro de 2017 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
AFAC Recebidos	1.527.240	416.420	101.962	5.000	7.757	2.058.379
Valor Incorporado ao Capital da Telebras S.A	-	(300.000)	-	-	-	(300.000)
Atualização Monetária	290.637	122.243	53.624	624	8.146	475.274
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.817.877	238.663	155.586	5.624	15.903	2.233.653
AFAC Recebidos	156.384	9.894	-	-	-	166.278
Atualização Monetária	153.299	20.020	12.504	452	1.230	187.505
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(628.345)	(116.420)	(101.962)	-	(7.757)	(854.484)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(266.208)	(137.658)	(63.796)	-	(9.376)	(477.038)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.233.007	14.499	2.332	6.076	(0)	1.255.914

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/09/2017	31/12/2016
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	10.453	8.499
Juros	619	635
Total	251.452	249.514
Circulante	38.981	3.563
Não Circulante	212.471	245.951

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 é apresentada a seguir:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2015	244.498
Atualização Monetária	5.004
Juros Incorridos no Período	7.425
Juros Pagos	(7.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	249.514
Atualização Monetária	1.954
Juros Incorridos no Período	5.618
Juros Pagos	(5.634)
Saldo em 30 de setembro de 2017	251.452

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos no semestre findo em 30 de setembro de 2017 é apresentado a seguir:

2017	3.447
2018	35.512
2019	30.356
2020	30.356
2021	30.356
2022 em diante	121.425
Total	251.452

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

**23. RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE**

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 547.209 (R\$ 508.446 em 31 de dezembro de 2016), que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/09/2017	31/12/2016
Cauções a Devolver	1	1
Retenções Passivas não Tributárias	90	164
Retenções Passivas Tributárias	7.956	6.132
Outras Obrigações (i)	230	15.805
Total	8.277	22.102
Circulante	8.277	7.509
Não Circulante	-	14.593

(i) A Companhia realizou baixa de passivos reconhecidos em “Outras Obrigações” no montante de R\$ 15.967. Estas obrigações foram baixadas após análise dos valores que se encontravam reconhecidos nesta rubrica e que a Administração entendeu que não atendiam aos critérios de reconhecimento, por não haver expectativa de desembolso de recursos para liquidar tais obrigações. Deste modo, a Administração efetuou a baixa com base no item 4.46 do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece os critérios de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas e que diz: *“Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.”*

Outro suporte para a baixa está no item 4.38, que preconiza que um elemento (ativo/passivo) só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

A contrapartida desta baixa foi o reconhecimento de uma receita (“Outras Receitas Operacionais” – Nota Explicativa 28) conforme estabelece o mesmo normativo no seu item 4.47 – *“A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.”*

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**25.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2017, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31 de dezembro de 2016), composto de 11.844.270 (11.844.270 em 31 de dezembro de 2016) unidades de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	30/09/2017	31/12/2016
Capital total em ações		
Ordinárias	9.743.971	9.743.971
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
Total (A)	11.844.270	11.844.270
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	193	193

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2017	31/12/2016
Ações em circulação		
Ordinárias	9.743.777	9.743.777
Preferenciais	2.100.299	2.100.299
Total (A-B)	11.844.076	11.844.076
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	690.608	(500.103)
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	58,3083	(42,2239)

25.2. Grupamento de ações

A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Telebras realizada em 3 de março de 2016 aprovou o grupamento de 118.442.718 ações nominativas escriturais, das quais 97.439.719 ordinárias e 21.002.999 preferenciais, representativas do capital social, na proporção de dez ações para uma. Isso resultou em 11.844.270 ações nominativas escriturais, sendo 9.743.971 ações ordinárias e 2.100.299 ações preferenciais, nos termos no artigo 12, da Lei 6.404/76.

A medida visou elevar os preços das ações e atender a uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de manter os papéis em negociação na BM&Fvespa com valores acima de R\$ 1,00 a unidade, em 30 pregões consecutivos.

A aprovação pelo Conselho de Administração da Telebras ocorreu em 2 dezembro de 2015.

25.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses do art. 8º do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social subscrito pelo número total de ações.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Salvo por deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos “pro rata” dia, subsequente a realização do capital social.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 56 §3º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros disponíveis para venda, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam e variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas e coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior		Total
		Visiona	Cabos Brasil	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(523)	7.109	(103)	6.483
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	395			395
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa		(1.191)		(1.191)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(128)	5.918	(103)	5.687

25.5. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22 de maio de 1998.

25.6. Recursos Capitalizáveis – AFAC

Em 26 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Telebras, no montante de R\$ 1.331.522. Este valor foi transferido do passivo não circulante para o patrimônio líquido, devido ao fato de ter alcançado os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial dentro do grupo patrimônio líquido.

Deste total, serão emitidas 37.761.220 novas ações, sendo, 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais (Nota Explicativa 1.6).

25.7. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(54.831)	(68.794)	(140.015)	(221.161)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação				
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(45.108)	(56.595)	(115.188)	(181.945)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(9.723)	(12.199)	(24.827)	(39.216)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	9.743	9.743	9.743	9.743
Ações preferenciais – básicas e diluídas	2.100	2.100	2.100	2.100
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,6298)	(5,8088)	(11,8226)	(18,6744)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(4,6298)	(5,8088)	(11,8226)	(18,6744)

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Serviço de Comunicação e Multimídia	22.163	18.390	66.035	51.673
Aluguéis e Locações (i)	1.774	1.759	5.316	5.239
Receita Operacional Bruta	23.937	20.149	71.351	56.912
Tributos sobre Receita	(7.179)	(5.806)	(21.356)	(16.442)
Descontos Concedidos	(162)	(1.089)	(610)	(1.394)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(7.341)	(6.895)	(21.966)	(17.836)
Receita Operacional Líquida	16.596	13.254	49.385	39.076

i) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos semestres findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

27. DESPESAS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Aluguel/Arrendamento/Seguros (ii)	(16.457)	(13.932)	(50.290)	(42.902)
Serviços de Terceiros	(18.264)	(16.165)	(50.126)	(48.824)
Pessoal (i)	(21.229)	(17.101)	(49.687)	(51.733)
Depreciação e Amortização (iii)	(15.378)	(16.118)	(45.278)	(48.391)
Tributos	(244)	(307)	(1.233)	(1.331)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	(425)	74	(712)	(166)
Material	(525)	(58)	(659)	(96)
Total	(72.522)	(63.607)	(197.985)	(193.443)
Classificado como:				
Custo dos Serviços Prestados	(47.590)	(42.933)	(139.471)	(129.265)
Comercialização dos Serviços	(5.806)	(5.346)	(15.514)	(16.232)
Despesas Gerais e Administrativas	(19.126)	(15.328)	(43.000)	(47.946)

(i) A redução dos custos e despesas com pessoal foi motivada pela revisão da metodologia de cálculo da provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP, no primeiro

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trimestre de 2017, e que gerou uma redução de R\$ 2.299. Além deste evento também houve diminuição da remuneração dos diretores em função de saídas sem a reposição do quadro. Esta queda foi parcialmente amortizado pelo aumento de 8,1% retroativo a novembro de 2016, em função, do acordo coletivo do ano de 2016, que se encontrava aguardando a decisão do dissídio coletivo e que foi homologado em julho de 2017.

(ii) O acréscimo é explicado pelo aumento do custo de compartilhamento de infraestrutura devido aos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e CHESF por serviços prestados.

(iii) Redução ocorreu devido a revisão de vida útil econômica dos bens realizada no 4º trimestre de 2016.

28. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Outras Receitas Operacionais				
Receitas Gerais e Administrativas	-	6	-	13
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	173	2.133	185	4.198
Multas sobre Contas a Receber	27	49	62	55
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	-	15	-	15
Recuperação de Depósitos Judiciais	(99)	-	619	-
Ganho sobre Passivo (i)	(3)	-	15.964	-
Dividendos Recebidos	-	-	2	-
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	-	-	(1.477)	-
Total	98	2.203	15.355	4.281
Outras Despesas Operacionais				
Pessoal	(2)	(118)	(75)	(507)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	(13)	(80)	(57)
Patrocínios	(17)	(437)	(316)	(922)
Tributos	(6)	(3)	(7)	(23)
Multas - Pessoal Contratado	-	-	(2)	-
Multas - Fornecedores	(65)	(124)	(164)	(144)
Multas sobre Tributos	(92)	130	(463)	(3.165)
Multas sobre Cauções	(3)	-	(20)	-
Perdas Estimadas sobre Ativo	(9)	(1)	(26)	(4)
Outras Despesas Operacionais (i)	-	-	(1.902)	-
Total	(194)	(566)	(3.055)	(4.822)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas	(96)	1.637	12.300	(541)

(i) A Companhia realizou baixa de ativos e passivos que não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois a Administração entendeu não haver expectativas de recebimento dos ativos, bem como, do desembolso de recursos para liquidar tais obrigações conforme Nota Técnica 013/2017. As baixas foram realizadas com base no CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 4.38, que preconiza que um elemento só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. O valor baixado nestas condições foi de R\$ 15.967. (Nota Explicativa 23)

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas Financeiras				
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	1.959	1.911	6.737	6.907
Juros sobre Depósitos Judiciais	568	1.472	1.942	2.819
Juros sobre Contas a Receber	113	230	497	446
Juros/VM sobre Tributos (ii)	12.553	-	12.553	-
Descontos Financeiros sobre Passivo	-	-	276	-
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	-	21	-	53
Juros sobre Capital Próprio	31	-	31	21
Tributos sobre Receitas Financeiras	(985)	(310)	(1.912)	(1.040)
Subtotal	14.239	3.324	20.124	9.206
Despesas Financeiras				
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (i)	(10.142)	(13.529)	(34.206)	(37.947)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (i)	(3.201)	(5.417)	(11.208)	(20.000)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(923)	(911)	(3.145)	(5.462)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(98)	(574)	(602)	(4.948)
Juros sobre Tributos	(31)	49	(60)	(913)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(1)	(12)	(267)
Juros sobre Obrigações com Pessoal	-	-	(1)	-
Subtotal	(14.396)	(20.383)	(49.234)	(69.537)
Variação Cambial, Líquida	-	-	-	(1)
Resultado Financeiro	(157)	(17.059)	(29.110)	(60.332)

(i) A redução dos juros é explicada pela diminuição do indexador da obrigação (INPC) dos acordos judiciais e da SELIC, no que diz respeito aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizados pela União.

(ii) O valor de R\$ 12.553, representa o valor da atualização monetária dos tributos federais a compensar/recuperar.

(iii) Os rendimentos das aplicações financeiras nos nove meses de 2017, totalizou R\$ 29.591 (R\$ 23.251 em 30 de setembro de 2016). Deste montante, R\$ 22.854 (R\$ 16.344 em 30 de setembro de 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados a construção de ativos (ativo qualificável), principalmente, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas – SGDC.

30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**30.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)**

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.



As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

30.1.1. Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS), já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

Em 30 de setembro de 2017, o Plano continua superavitário, não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

	PBS-A	
	30/09/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	8.799.082	8.824.817
Outros Exigíveis	718.172	668.528
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	9.517.254	9.493.345
(-) Total dos Ativos do Plano	11.774.170	11.512.187
(=) Superávit Acumulado	2.256.916	2.018.842

30.1.2. Plano PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- ii. Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- iii. Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- iv. Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- v. Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- vi. Dotação da patrocinadora; e
- vii. Receitas de aplicação do patrimônio.

A situação do plano em 30 de setembro de 2017 é apresentada a seguir:

	PBS - TELEBRAS	
	30/09/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	373.278	362.252
Outros Exigíveis	11.677	11.089
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	384.954	373.341
(-) Total dos Ativos do Plano	437.679	416.412
(=) Superávit Acumulado	52.724	43.071

30.1.3. Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

A situação do plano em 30 de setembro de 2017 é apresentada a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	3.589.181	3.563.899
Outros Exigíveis	71.070	68.677
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	3.660.251	3.632.576
(-) Total dos Ativos do Plano	3.729.606	3.653.538
(=) Superávit Acumulado	69.355	20.962

30.1.4. Plano TELEBRASPREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

- i. Auxílio-doença
- ii. Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão
- iii. Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:

- iv. Aposentadoria ordinária, reversível em pensão
- v. Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebras PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i. Contribuições de Participante;
 - a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).
 - b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
 - c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
 - d) Contribuições para os benefícios de risco; e

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii. Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

A situação do plano em 30 de setembro de 2017 é apresentada a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	709.428	677.419
Outros Exigíveis	9.108	8.514
Total das Provisões/Fundos e Outros Exigíveis	718.536	685.933
(-) Total dos Ativos do Plano	824.415	777.492
(=) Superávit Acumulado	105.879	91.559

30.1.5. Contribuições do patrocinador

Até setembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

	PBS TELEBRAS		TELEBRAS PREV	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Contribuições:				
Contribuição Empresa	-	-	1804	1070
Contribuição Assistencial	29	31	-	-
Taxa Administrativa	-	-	136	110
Total	29	31	1940	1180

Os detalhes sobre os planos informados acima são os mesmos divulgados na nota 31 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício de 2016 arquivada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 10 de março de 2017.

31. PARTES RELACIONADAS**31.1. Controlador final**

A Companhia é controlada pela União Federal.

31.2. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	30/09/2017	30/09/2016
Remunerações	1.500	3.285
Benefícios de Curto Prazo	371	528
Total	1.871	3.813

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.3. Transações com partes relacionadas**31.3.1. Controladora**

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo/ Patrimônio Líquido		Receita / (Despesa)	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016
Balanço Patrimonial							
Valores a Receber							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios	24.907	1.227				
	Demais Entidades (i)	7.339	450				
b) Pagamento de Despesas	TELEBRAS COPA	-	592				
c) Dividendos a Receber	VISIONA	5.456	5.456				
Imobilizado							
d) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	153.300	124.172				
e) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	7.572	9.398				
f) Adiantamento a Fornecedores	VISIONA	1.276.714	1.244.249				
Contas a Pagar							
g) Empréstimos	FINEP			251.452	249.514		
h) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal			2.587.436	2.233.652		
Demonstração de Resultado							
i) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					6.136	1.926
	Demais Entidades					15.771	8.397
j) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(34.206)	(37.947)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) aos ministérios e entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado. Com a incorporação da Telebrás Copa S.A o valor de R\$ 22.437 referente ao contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a TELEBRAS COPA e o Ministério das Comunicações, cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia e que se encontra pendente passou a integrar o patrimônio da Telebras;

b) Trata-se do pagamento de despesas operacionais da controlada, que serão reembolsadas através de encontro de contas. Com a incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras, este valor foi compensado;

c) Refere-se a dividendos a receber de participação societária na coligada VISIONA;

d) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Estes encargos têm como indexador a SELIC. Este valor não é apresentado nesta nota líquido dos rendimentos de aplicação financeira conforme divulgado na Nota Explicativa 12;

e) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme item (g) abaixo.

f) Refere-se a adiantamentos realizados a VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas –

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

SGDC. A baixa será realizada conforme cronograma de acordo com a conclusão das atividades estabelecidas em contratos;

g) Refere-se a captação de financiamento realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

h) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, Investimentos ligados a Copa de 2014 e outros;

i) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

j) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. Composição do quadro de pessoal da TELEBRAS incluindo colaboradores cedidos e requisitados

Em 30 de setembro de 2017, o quadro de pessoal da Telebras era composto conforme segue:

Empregados	Quantidade	
	30/09/2017	30/09/2016
Efetivos	285	271
"Ad Nutum" (Livre Nomeação e Exoneração)	65	58
Requisitados	4	2
Cedidos	59	64
Total	413	395

32.2. Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.



Em 30 de setembro de 2017, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de setembro, foram de R\$ 29,051,55 e R\$ 2.391,46 (Reais) respectivamente (R\$ 23.863,90 e R\$ 2.212,27 (Reais) em setembro de 2016, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 10.803,02 (Reais) (R\$ 10.074,20 (Reais) em setembro de 2016).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de setembro de 2017, foi de R\$ 38.748,78 (Reais) – (R\$ 38.748,78 (Reais) em setembro de 2016).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Chamamento Público 02/2017 – “Cessão de Capacidade Satelital”

Em 31 de outubro de 2017, foi realizado o evento para recebimento dos envelopes dos interessados em participar do Chamamento Público nº 02/2017, o qual tinha por objetivo selecionar parceiros para a exploração da “Cessão de Capacidade Satelital” correspondente a 57% da capacidade do satélite.

Esta capacidade estava dividida em dois lotes; sendo o primeiro lote, com 35% da capacidade total, ou 9,6 GHz em frequências, também associado a obrigações relacionadas às metas de universalização de acesso em banda larga. O segundo lote previa a venda de 22% da capacidade, ou seja 5,8 GHz.

O resultado do evento foi a não apresentação de interessados em participar da exploração dos serviços conforme regras estabelecidas no edital do Chamamento Público.

Mesmo com este resultado, a Administração da Companhia reitera sua confiança em atingir os objetivos comerciais do plano de utilização da banda Ka do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (“SGDC”), que se destina a massificar o acesso à internet em banda larga no país. Todas as medidas para a manutenção do cronograma dos projetos e atividades comerciais relacionados ao SGDC serão adotadas.

33.2. Subscrição do Aumento de Capital Social

Conforme divulgado na Nota Explicativa 1.6 os acionistas detentores dos direitos de subscrição do aumento de capital da Companhia poderão exercer estes direitos no período de 2 de outubro de 2017 a 6 de novembro de 2017. As informações a respeito deste processo constam no “Aviso aos Acionistas”, divulgado no site da Companhia e Arquivado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na data de 29 de setembro de 2017.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras

Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília DF, 7 de novembro de 2017

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Presidente e Diretor de Relações com Investidores

JARBAS JOSÉ VALENTE

Diretoria Técnico-
Operacional

RÔMULO BARBOSA

Diretoria Comercial

PAULO FERREIRA

Diretoria Administrativo-
Financeira

MAURY CAETANO DE OLIVEIRA

Contador CRC/DF 6.147